

5 – Meu caro amigo

Revisão da literatura

Meu caro amigo me perdoe, por favor
 Se eu não lhe faço uma visita
 Mas como agora apareceu um portador
 Mando notícias nessa fita

Desde a Antiguidade Clássica, a metáfora tem sido objeto de estudo e aplicação no dia-a-dia das pessoas. Mas a sua importância como estruturadora de pensamentos e ações só começou a ser revelada nos fins do séc. XX, culminando com os estudos de Lakoff e Johnson, em 1980, com o lançamento do livro *Metaphors we live by*, traduzido para a língua portuguesa, em 2002, como *Metáforas da vida cotidiana*. Nesta obra, o valor cognitivo da metáfora ganha importância nos estudos lingüísticos. Até então a metáfora era vista como simples ornamento retórico restrito à linguagem, sem qualquer implicação na produção de conhecimentos.

Porém, antes de tratarmos do conceito de metáfora sob a ótica de Lakoff e Johnson, faremos uma breve “viagem” por gramáticas e dicionários comumente usados no Brasil e também buscaremos vozes que, ao longo do tempo, trataram dessa temática. Para isso, pegaremos de empréstimo os estudos feitos por Carolina Huang³⁷ e Sérgio Carvalho³⁸.

Ao analisarmos as definições encontradas nos dicionários, verificamos que há certo consenso no que se refere ao conceito de metáfora. O dicionário Aurélio³⁹ a define como

³⁷ HUANG, Carolina. *A metáfora no estudo de texto de medicina: um estudo terminológico da linguagem sobre AIDS*. 2005. 114 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2005. Não publicada.

³⁸ CARVALHO, S. N. “A ‘guerra’ nas palavras: uma análise crítica da metáfora na retórica do presidente G. W. Bush Jr e de seus seguidores”. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2006. Não publicada.

³⁹ FERREIRA, A. B. de H. *Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

“tropo que consiste na transferência de uma palavra para um âmbito semântico que não é o do objeto que ela designa, e que se fundamenta numa relação de semelhança subentendida entre o sentido próprio e o figurado; translação”. No Michaelis⁴⁰, ela seria o “emprego de uma palavra em sentido diferente do próprio por analogia ou semelhança”. Já no Houaiss⁴¹, a metáfora é a “designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança”. De acordo com a Enciclopédia Britânica⁴², ela é uma “figura de linguagem que implica a comparação de duas entidades diferentes”.

As definições verificadas parecem nos levar a um entendimento de metáfora como um tropo, algo apenas acessório, como um ornamento. O registro lexicográfico compartilha a visão de que a metáfora não passaria de um recurso ilustrativo, servindo para uma função de ornamento literário, associado a uma estratégia de persuasão na qual se busca um determinado efeito de sentido em relação ao leitor/interlocutor. Essa visão, enraizada em nossa sociedade, deriva da conceituação aristotélica sobre a metáfora, que seria somente um objeto da poesia e da retórica, ou seja, era usada ou na linguagem poética ou na linguagem do cotidiano. De acordo com Carvalho⁴³, “a primeira era vista como um dom especial dos poetas e a segunda, como a linguagem de todos, usada no dia-a-dia”.

A pesquisa de Huang⁴⁴ é bastante esclarecedora no sentido de trazer muitas “vozes”, sejam de dicionaristas, sejam de gramáticos, de lingüistas e o que é normalmente encontrado em livros de literatura, sobre o entendimento deles sobre a metáfora. O que fica patente é que, em todos eles, a visão tradicional, ligada à visão aristotélica, está de maneira mais ou menos evidente em suas conceituações ou declarações. Resumiremos esse apanhado nas linhas seguintes.

⁴⁰ MICHAELIS. Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

⁴¹ HOUAISS, A. et. al. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁴² KÖVECSES, 2002, Prefácio:vii apud CARVALHO, 2006.

⁴³ Op. cit.

⁴⁴ Op. cit.

- Moderna Gramática Portuguesa⁴⁵: a metáfora é definida como uma “causa que motiva mudança de significação das palavras” e uma “translação de significado motivada pelo emprego em solidariedade em que os termos implicados pertencem a classes diferentes, mas pela combinação se percebem também como assimilados”.
- Curso de Gramática Aplicada aos Textos⁴⁶: a metáfora se dá quando “uma palavra passa a designar alguma coisa com a qual não mantém nenhuma relação objetiva” e acrescenta que “[n]a base de toda metáfora está um processo comparativo”.
- Novíssima Gramática da Língua Portuguesa⁴⁷: a metáfora é apresentada como um “desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos”.
- Na Literatura: a metáfora é vista como um recurso que é fruto de combinações inusitadas de palavras. Vale lembrar que, em qualquer área, a denominação “tropo” costuma atrelar a concepção de metáfora à Retórica de Aristóteles e, portanto, à noção de figura de linguagem. Como figura de linguagem, nessa visão de Retórica, a metáfora tem principalmente uma função de ornamento na linguagem.
- Na Lingüística⁴⁸: Em gramática tradicional, a metáfora consiste no emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção abstrata, na ausência de todo elemento que introduz formalmente uma comparação, por extensão, a metáfora é emprego de todo termos substituído por um outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação.

Analisando as informações acima, Huang⁴⁹ conclui que “o ponto de vista das gramáticas parece revelar a metáfora como uma relação, no nível lingüístico, entre dois entes distintos”. Segundo ela, não há acordo entre as definições de metáfora das diferentes gramáticas, mas chama atenção a conceituação metafórica de Bechara sobre a metáfora como “translação de significado”. Além disso, é possível ver que algumas já esboçam elementos que Lakoff reuniria mais tarde em sua teoria cognitiva de viés mentalista e

⁴⁵ BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.

⁴⁶ INFANTE, U. *Curso de Gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 1995, p. 522.

⁴⁷ CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1993, p. 543.

⁴⁸ DUBOIS, J. *et alli. Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

⁴⁹ *Op. cit.*

empirista, sobretudo quando Infante fala em “*processo comparativo*” e Cegalla, em “*comparação mental*”. Entretanto, os dicionários de Lingüística e os dicionários gerais e gramáticas não fogem à regra de mostrar suas condições de metáfora como substituição e comparação entre palavras. Trata-se de concepções fundadoras, mas que se mostrariam inconsistentes com o passar do tempo e com o surgimento de novas perspectivas.

Quanto às definições encontradas em dicionários e em textos de outros estudiosos do sentido, Lakoff e Johnson⁵⁰ apontam para preocupações diferentes quanto ao modo de compreensão do termo metáfora:

Estamos preocupados primeiramente com o modo como as pessoas compreendem suas experiências. Nós vemos a nossa língua como fonte de dados que podem levar a princípios gerais de compreensão. Esses princípios gerais implicam sistemas inteiros de conceitos ao invés de palavras ou conceitos individuais. Descobrimos que tais princípios são geralmente metafóricos em sua natureza e implicam a compreensão de um tipo de experiência em termos de outro tipo de experiência. Tendo isso em mente, podemos ver a principal diferença entre o nosso empreendimento e aquele de escritores de dicionários e de outros estudiosos do sentido.

Retornando à idéia inicial (de que a metáfora é considerada um ornamento), Huang⁵¹, apoiando-se em Lopes⁵², mostra que os tropos – dentre os quais, a metáfora – nem sempre foram sinônimos de “ornamento” lingüístico. Este autor revisa a trajetória da Retórica enquanto disciplina, partindo da Retórica Antiga, e mostra como a “arte de dizer e de persuadir” transformou-se na “arte de enfeitar”.

O discurso, dentro da concepção da Retórica Antiga, de Aristóteles, se dividia em cinco partes: Invenção, Disposição, Elocução, Memorização e Enunciação. O primeiro referia-se à escolha do assunto e das coisas que seriam ditas; o segundo, à ordenação do que foi escolhido; o terceiro, dizia respeito ao modo como o que foi ordenado seria expresso; o

⁵⁰ *Op. cit.*, pp 206-207.

⁵¹ *Op. cit.*

⁵² LOPES, E. *Metáfora: da retórica à semiótica*. São Paulo: Atual, 1987.

quarto, como se daria a retenção daquilo a ser dito; o último, à etapa de apresentação do discurso pelo orador perante o público.

As investidas de Carvalho⁵³ apontam que não foi somente Aristóteles que tratou de metáfora na Antigüidade. O pesquisador traz dois nomes representativos para corroborar com a visão aristotélica. Cícero afirmava que havia a necessidade da metáfora diante da indigência ou pobreza da língua. Assim, da mesma forma “como a vestimenta nasceu da necessidade de proteger o corpo do frio, para converter-se mais tarde em adorno, a metáfora, imposta no começo por causa das deficiências das línguas, chegou mais tarde a ser objeto de deleites retóricos”. Já Quintiliano afirmava que a metáfora não passava de uma “transposição de uma palavra ou de uma frase da sua significação própria para uma outra significação para produzir certo efeito”.

Continuando o caminho histórico da metáfora, Huang percebeu que, na Idade Média, a estrutura da Retórica Antiga começou a ruir. Foi Petrus Ramus o principal responsável pelo surgimento da chamada Retórica Clássica.

Essa Retórica reduziria a Retórica Antiga apenas à parte de Elocução. Ela desmembrou a hierarquia antes considerada indispensável e ignorou o caráter complementar se seus elementos constitutivos. A Elocução daria conta da expressão lingüística e da estilística, subordinadas às regras da “arte de falar corretamente” (*ars bene loquendi*) e da “arte do dizer eficaz” (*ars bene dicendi*), cujo objetivo era persuadir o interlocutor.⁵⁴

Na época do Iluminismo, a Retórica começa a perder sua força, deixando, inclusive, de ser disciplina escolar, passando a ser um conteúdo meramente coadjuvante da disciplina Literatura. Por fim, a Retórica, que agora abarcava somente a Elocução, passou a ser entendida como estudo de figuras, e seu campo de atuação era somente o discurso falado.

Ainda conforme Huang⁵⁵, “da arte de falar (*ars dicendi, ars loquendi*), a Retórica passou progressivamente à condição de *arte de enfeitar (ars ornadi)*. Aquilo que antes era

⁵³ *Op. cit.*

⁵⁴ *Op. cit.*

⁵⁵ *Idem.*

visado, o argumento lógico, transformou-se em adorno, enfeite”. O que antes era visto como a arte de falar passa a se compreendido como um apêndice da arte de escrever.

Finalizando, e como dissemos no início deste capítulo, a metáfora, até a segunda metade do século XX era vista somente como uma figura de linguagem que servia para o embelezamento de textos e discursos. Sua função não passava de auxiliadora da persuasão e de enfeite estético na poesia (não podemos esquecer que ainda hoje essa visão é dominante no mundo ocidental). De qualquer maneira, ela sempre se apresentava como linguagem figurada, ligada à imaginação e em oposição ao que seria a linguagem das verdades científicas, ou seja, a linguagem literal. Portanto, seu uso não podia ser inserido nos discursos científicos e filosóficos, uma vez que somente a linguagem literal seria adequada à busca por verdades objetivas. Nesse ponto, se o objetivo era descobrir e descrever o mundo e suas verdades objetivas, a linguagem figurada não poderia ser usada, sob o risco de se obter resultados falsos, que seriam induzidos pelas características imaginativas da figuração e sua ligação com a subjetividade.

Apresentaremos, a seguir, uma visão sobre verdade, objetividade e subjetividade, retirada da obra de Lakoff e Johnson⁵⁶, que nos auxiliará na compreensão de seu postulado sobre as metáforas conceituais. Os autores demonstram que não existe uma verdade absoluta, mas verdades relativas. Além disso, atacam os posicionamentos objetivista e subjetivista, oferecendo um novo olhar: o experiencialista.

5.1 Verdade

O que vem a ser verdade? O que há de importante nessa palavra, ou melhor, no conceito que temos dela, para o trabalho que ora desenvolvemos? Afirmamos anteriormente que, no contexto filosófico e científico, as metáforas sempre foram preteridas, por conta de sua suposta não-vinculação com o real. Elas seriam, como dissemos, um ornamento, e como tal não representariam o que é verdadeiro.

⁵⁶ LAKOFF, G & JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002.

Para os filósofos, a verdade tem uma relação direta com a objetividade; logo, a verdade é objetiva, absoluta. Segundo Lakoff e Johnson⁵⁷, os filósofos crêem “que as metáforas não podem expressar verdades de forma direta e, se enunciam verdades, fazem-no apenas indiretamente.” Lakoff e Johnson⁵⁸ não acreditam em verdade objetiva, mas em verdades. Para eles, a idéia de verdade não deve estar ligada à visão objetivista. Ela é relativa a um sistema conceptual definido, principalmente, pela metáfora. E sua base reside na compreensão, sendo a metáfora um veículo essencial da compreensão.

Eles explicam que as ações que praticamos no dia-a-dia são baseadas naquilo que pensamos ser verdadeiro e, para adquirir uma certa verdade e fazer uso dela, precisamos compreender o mundo em que vivemos e saber que essa compreensão é suficiente para nossas necessidades.

De acordo com os objetivistas, os objetos têm características inerentes e são essas características que lhes dão o valor de verdade. Mas Lakoff e Johnson mostram que a verdade, baseada na compreensão, advém, em parte, de categorias que emergem de nossa experiência direta, como as categorias orientacionais, por exemplo. Também pode ocorrer em projeções que fazemos em aspectos do mundo físico com os quais temos experiência menos direta. Citam o exemplo de uma bola e uma pedra, de modo que, intrinsecamente, tais objetos não têm uma orientação frente-atrás. Ao colocarmos a bola entre nós e a pedra, perceberíamos aquela como se estivesse em frente à pedra. Portanto, “a orientação frente-atrás não é uma propriedade inerente a objetos como pedra, mas é antes uma orientação que projetamos sobre eles e o modo como fazemos isso varia de cultura para cultura.”⁵⁹

Continuando sua explicação sobre verdade, Lakoff e Johnson demonstram que as afirmações que fazemos são baseadas na maneira como categorizamos os seres, ou seja, naquilo que é iluminado pelas suas dimensões naturais. Há dimensões naturais para as categorias de objetos: a perceptual, a motora, a funcional e a intencional. A primeira se

⁵⁷ Idem, p. 262.

⁵⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹ Op. cit. p.264.

baseia na concepção dos objetos por nosso aparato sensorial; a segunda, na natureza das interações motoras com os objetos; a terceira, na concepção das funções dos objetos; a última, nos usos que fazemos com os objetos em determinada situação. Existe uma idéia gestáltica na categorização dos objetos e cada dimensão natural especifica propriedades interacionais. O mesmo ocorre com a categorização de eventos, atividades e outras experiências como conjuntos estruturados. Dessa forma, quando afirmamos algo, fazemos escolhas de categorias, iluminando certas propriedades e escondendo ou atenuando outras. Outro fator a se destacar, e que rompe com a visão objetivista de verdade, é que

“se as dimensões naturais das categorias (perceptual, funcional etc) surgem de nossas interações com o mundo, as propriedades descritas por essas dimensões não são propriedades dos objetos *em si mesmos*, mas são antes propriedades interacionais baseadas no aparato perceptual humano, nas concepções humanas de função etc. Daí as afirmações verdadeiras feitas em termos de categorias tipicamente humanas não predicam *propriedades dos objetos em si mesmos* mas antes *propriedades interacionais* que fazem sentido apenas em relação ao agir humano.”⁶⁰

5.2 Os mitos do objetivismo, do subjetivismo e a visão experiencialista

Lakoff e Johnson⁶¹ afirmam que a visão tradicional da metáfora tem fortes ligações com o que eles chamam de mito do objetivismo e mito do subjetivismo. Conforme vimos anteriormente, sendo a metáfora algo que, para os objetivistas, não representa a realidade, tal corrente rejeita esse tropo na busca da verdade. Por outro lado, a corrente subjetivista, nascida com o Romantismo, é totalmente contrária ao dogma objetivista, e busca a verdade por meio da imaginação, que seria “um meio mais humano de se atingir uma verdade mais elevada, tendo a emoção como um guia natural da compreensão de si mesmo”.⁶² Percebe-se, dessa forma, que as assunções das duas correntes se chocam, uma rejeitando a outra em seus princípios básicos. Para que possamos entender melhor essa relação de mútua oposição entre o objetivismo e o subjetivismo, vejamos como cada um, em detalhes, se apresenta:

⁶⁰ Idem, p. 267.

⁶¹ Idem, p. 294.

⁶² Idem, p. 301.

OBJETIVISMO	SUBJETIVISMO
O mundo é constituído por objetos e eles têm propriedades independentes de quaisquer pessoas ou seres que os experienciem.	Na maioria das nossas atividades práticas diárias, dependemos de nossos sentidos. Nossos sentidos e nossa intuição são os melhores guias para a ação.
Nosso conhecimento do mundo é adquirido experienciando os objetos. Assim sabemos quais suas propriedades e como eles se relacionam entre si.	As coisas mais importantes de nossa vida são nossos sentimentos, a sensibilidade estética as práticas morais e a consciência espiritual.
Nossa compreensão dos objetos se dá em termos de categorias e conceitos e essas categorias e conceitos são inerentes aos objetos e às relações entre eles.	A arte e a poesia transcendem a racionalidade e a objetividade e colocam-nos em contato com a realidade mais importante de nossos sentimentos e intuições.
Existe uma realidade objetiva. As coisas são objetivamente, absolutamente e incondicionalmente verdadeiras ou falsas.	A linguagem da imaginação, especialmente a metáfora, é necessária para expressar os aspectos de nossas experiências que são únicos e mais significativos para nós.
As palavras têm significados fixos.	A objetividade pode ser perigosa, injusta e desumana, pois lhe escapa o que é mais significativo e importante para os indivíduos e ela ignora os domínios mais relevantes de nossa experiência a favor do universal.
Só conseguimos falar objetivamente usando a linguagem clara, precisamente definida, direta, sem ambigüidade e que corresponda à realidade.	
A metáfora e outros tipos de linguagem poética, imaginativa, retórica ou figurada devem ser evitados.	
Somente o saber objetivo é realmente um saber.	
Ser objetivo é ser racional. Ser subjetivo é ser irracional e se deixar levar pelas emoções.	
A subjetividade pode ser perigosa, pois pode provocar uma perda de contato com a realidade.	

Tabela 1

Lakoff e Johnson acreditam que ambos posicionamentos (o dogma da verdade absoluta e a aceitação do primado individual e particular) estão equivocados. Na cultura ocidental, tem-se a impressão de que a única premissa válida é a existência de somente duas

alternativas possíveis: acreditar na verdade absoluta ou fazer o mundo à sua própria imagem⁶³.

De acordo com a visão experiencialista proposta por Lakoff e Johnson, a metáfora é algo que une razão e imaginação. Os autores negam as bases objetivistas por causa da visão absoluta destes sobre a verdade. Em contrapartida, eles não vêem com bons olhos o apego total à imaginação dos subjetivistas. Para os autores, a razão envolve categorização, implicação e inferência; a imaginação implica ver um tipo de coisa em termos de um outro tipo de coisa, que eles denominam pensamento metafórico. Logo, de acordo com os autores, a metáfora seria uma *racionalidade imaginativa*⁶⁴. Sua visão experiencialista demonstra que a verdade é relativa à compreensão e que compreendemos o mundo por meio de nossa interação com ele. E isso é algo que tanto o objetivismo quanto o subjetivismo negam, pois no primeiro caso entendemos as coisas por conta de suas propriedades inerentes – logo, não há interação; já no segundo caso, o indivíduo está imerso em seu interior e não vê o mundo externo como estruturador de suas experiências.⁶⁵

5.3 Metáfora e cognição

Lakoff & Johnson mudam o paradigma do estudo da metáfora. Para eles, a metáfora faz parte de nosso dia-a-dia e vivemos imersos em universos metafóricos, tanto que nem somos capazes de perceber. O raciocínio metafórico é mecanismo do pensamento utilizado constantemente para a comunicação entre as pessoas e, sobretudo, para a sua compreensão do mundo. Lakoff & Johnson acreditam que o pensamento metafórico está diretamente relacionado à cognição. Isto significa que o modo como compreendemos o mundo e adquirimos conhecimento é essencial para a composição e o entendimento da metáfora – e

⁶³ CARVALHO, S. N. “A ‘guerra’ nas palavras: uma análise crítica da metáfora na retórica do presidente G. W. Bush Jr e de seus seguidores”. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2006. Não publicada.

⁶⁴ LAKOFF, G & JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002, p. 302.

⁶⁵ Idem, p. 341.

vice-versa. Assim, afirmam, o processo de metaforização depende da maneira como concebemos o mundo.

Segundo os autores, elaboramos as metáforas a partir do chamado *sistema conceptual*. Esse sistema conceptual, particular a cada indivíduo, e do qual não se costuma ter consciência, seria responsável pela concepção, estruturação e conscientização das metáforas. A fim de conhecer melhor a configuração e o funcionamento desse sistema conceptual, Lakoff & Johnson afirmam que este pode ser estudado a partir de alguns aspectos do nosso cotidiano – e um desses aspectos seria a linguagem.

Segundo eles, nosso pensamento é governado por conceitos que estruturam, organizam a nossa percepção e o nosso comportamento perante o mundo e o cotidiano. Esses conceitos formam o que estes autores chamam de *sistema conceptual*. Esse sistema é essencialmente metafórico, embora nem sempre se tenha consciência de tal sistema ou do fato de ele ser metafórico. O sistema conceptual também seria responsável por algumas “linhas de conduta” que seguimos diariamente.

O fato de não ser evidente não significa que tal sistema conceptual não possa ser descrito. Um dos meios de apreendê-lo, segundo Lakoff & Johnson, é por meio da linguagem. Existem certas expressões utilizadas no dia-a-dia que podem evidenciar esse sistema a elas, por serem metafóricas, mostram sua influência em nossos conhecimento e visão do mundo ao redor.

Lakoff & Johnson apontam três tipos de metáforas: as estruturais, as orientacionais e as ontológicas. Com relação à primeira, os autores mostram que muito daquilo que experienciamos está estruturado em termos de metáforas. Trazem como exemplo a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA para argumentar em favor de seu posicionamento. O conceito DISCUSSÃO é estruturado como se fosse uma guerra, não necessariamente uma guerra física, mas verbal. Daí podemos constatar a existência de frases como “Seus argumentos *são indefensáveis*”, “Suas críticas foram *direto ao alvo*” ou “*Destruí sua argumentação*”. Em enunciados como esses, há claramente uma disputa, percebemos neles

elementos que são da base semântica de guerra – ataque, defesa -, mas que são facilmente compreendidos dentro do conceito DISCUSSÃO. Dessa forma, DISCUSSÃO é tratada como GUERRA; é parcialmente estruturada, compreendida, realizada e tratada metaforicamente como GUERRA. O conceito é metaforicamente estruturado, a atividade também o é, e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada (*ibid.*, 48). Assim, expressões oriundas da palavra *guerra* formam uma maneira sistemática de expressar os aspectos bélicos do ato de discutir.

Avançando nas exemplificações, os autores nos trazem outras metáforas para mostrar como expressões metafóricas na linguagem do dia-a-dia podem iluminar a natureza metafórica dos conceitos que estruturam nossas atividades: TEMPO É DINHEIRO, TEMPO É UM RECURSO LIMITADO, TEMPO É UM BEM VALIOSO. Sabemos, por nossas experiências, que tempo é algo que pode ser quantificado, pode ser usado, gasto, desperdiçado, poupado etc. Assim, por conta de nosso entendimento sobre dinheiro e da nossa experiência com ele, conceptualizamos o tempo como se fosse dinheiro. As metáforas estruturais são consideradas pelos autores como um tipo especial de processo metafórico, por causa da riqueza de sua elaboração. Elas “nos permitem usar um conceito detalhadamente estruturado e delineado de maneira clara para estruturar um outro conceito”.⁶⁶

As metáforas orientacionais organizam todo um sistema de conceitos em relação a um outro. Sua base está em orientação espacial, como frente – trás, para cima – para baixo, dentro – fora, central – periférico etc. Elas têm base cultural e podem variar de cultura para cultura. As compreensões que se tem a respeito de tais metáforas estão estritamente vinculadas a valores específicos de cada cultura ou de grupos e subgrupos de uma mesma cultura. Assim, por exemplo, se lemos ou ouvimos o enunciado “O nível pluviométrico vai subir muito nos próximos meses”, a informação pode ser boa ou ruim, dependendo da região em que uma pessoa está e do quanto ela precisa de chuva. Um outro exemplo seria a idéia de posses como algo que dá *status* ou que é tida como algo que fere certos dogmas religiosos. Para o primeiro, posse é bom, para o segundo, não o é.

⁶⁶ LAKOFF, G & JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002, p. 134.

Para exemplificar as metáforas orientacionais, Lakoff e Johnson trazem várias, das quais selecionaremos algumas:

- FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO

É comum usarmos em nosso discurso frases que demonstram essa orientação quando queremos referir a nosso estado de ânimo. Podemos dizer “Seu elogio me levantou” ou “Aquele bronca que levei me deixou no fundo do poço”. Quando estamos felizes, até mesmo nossa postura é ereta, cabeça erguida. Ao contrário, quando ficamos tristes, costumamos ficar cabisbaixos.

- SAÚDE E VIDA SÃO PARA CIMA; DOENÇA E MORTE SÃO PARA BAIXO

Entendemos perfeitamente quando alguém nos diz que *caiu doente* ou que *seu vigor físico está no auge*. Quando estamos doentes, ficamos fracos, somos recomendados a ficar deitados. Daí a conceptualização PARA BAIXO.

- TER CONTROLE É PARA CIMA; ESTAR SUJEITO A CONTROLE É PARA BAIXO

Estou por cima dessa situação.

Ele está no alto escalão.

Ele está sob meu controle.

Ele é inferior a mim socialmente.

- MAIS É PARA CIMA; MENOS É PARA BAIXO

Meu salário foi aumentado.

Ele é menor de idade.

- BOM É PARA CIMA; MAU É PARA BAIXO

Ele fez um trabalho de alta qualidade.

Ele não deu a mínima para ela.

- VIRTUDE É PARA CIMA; DEPRAVAÇÃO É PARA BAIXO

Ele é um homem de espírito elevado.

Não seja desleal

Já com relação às metáforas ontológicas, Lakoff e Johnson demonstram que nossa experiência com substâncias e objetos físicos propicia uma base para a compreensão de conceitos. Ao compreendermos nossas experiências dessa maneira, podemos selecionar partes dela e tratá-las como entidades discretas ou substâncias de uma espécie uniforme.⁶⁷ Eles salientam que nossas experiências com objetos físicos nos dão base para muitas metáforas ontológicas, ou seja, modos de se conceber eventos, atividades, emoções, idéias etc como entidades ou substâncias.

Dessa forma podemos nos referir à inflação, por exemplo, como uma entidade, na metáfora INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE, dizendo “Precisamos combater a inflação” ou “A inflação está nos colocando em um beco sem saída”. Assim, ao concebermos a inflação como uma entidade, podemos nos referir a ela, quantificá-la, identificar certos aspectos, causas, traçar objetivos etc.

Além de podermos conceber objetos físicos como áreas delimitadas por superfícies, podemos entendê-los como recipientes com um lado de dentro e outro de fora.⁶⁸ Da mesma maneira podemos entender uma substância como recipiente. Para exemplificar: quando fazemos um refresco de limão, usamos uma jarra (objeto recipiente), água (substância recipiente), açúcar e limão. A jarra recebe a água, o açúcar e o sumo do limão. Assim podemos dizer “A jarra está cheia de refresco” (jarra como recipiente) e “Há muito açúcar e limão na água” (água como substância recipiente).

Os eventos, as ações, as atividades e os estados podem ser compreendidos também como metáforas ontológicas. Conforme Lakoff e Johnson⁶⁹, eventos e ações são objetos ou objetos recipientes (Você está na corrida - corrida como objeto recipiente; Você viu a

⁶⁷ LAKOFF, G & JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Educ, 2002, p. 75.

⁶⁸ Idem, p. 81.

⁶⁹ Idem, p. 83.

corrida? – corrida como objeto); atividades são vistas como substâncias e, conseqüentemente, como substâncias recipientes (Como você entrou na profissão de lavar janelas?). Por último, estados podem ser conceptualizados como recipientes (Estamos fora de perigo agora / Ele caiu em depressão).

Assumindo tais postulados como importantes para nossa pesquisa, elegemos as metáforas ontológicas como o fio condutor da análise do nosso *corpus*, uma vez que entendemos que as letras das músicas de protesto ou engajadas são RECIPIENTES de mensagens contra a ordem política vigente. Mas não esperamos encontrar nas letras algo como “A música tem conteúdo de protesto” ou “Essa letra está cheia de mensagens políticas”. O que queremos dizer é que, como depositária das angústias e da insatisfação dos compositores com o sistema vigente, a MPB trazia vozes que buscavam ecoar nas camadas populares uma conscientização sobre a realidade da época e, conseqüentemente, mobilizar a sociedade contra o opressor regime militar. O que pretendemos encontrar nas letras são referências ao momento ruim por que passava a sociedade, o que podemos definir como METÁFORA DO PRESENTE SUFOCADO (entendendo a palavra presente temporalmente).